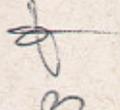
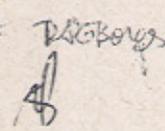


ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA/TO

1 Às 9 horas e 30 minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e dez, no Auditório da  
2 Secretaria do Planejamento – SEPLAN foi realizada 24ª Reunião Ordinária do  
3 COEMA, presidida por *Clemente Barros Neto* e pelo Secretário-Executivo, *Belizário*  
4 *Franco Neto*, contando com a participação dos Conselheiros: *Stalin Beze Bucar*,  
5 Presidente do Naturatins; *Rodrigo Sabino Teixeira Borges*, representante da Seplan;  
6 *Félix Bezerra*, representante da Secretaria da Indústria e Comércio; *Lúcia Leiko*  
7 *Tacaoca Muraishi Garcia*, representante da Secretaria da Infraestrutura; *Sérgio Luís de*  
8 *Oliveira e Silva*, representante da Secretaria de Saúde; *Roberto Jorge Sahium* e  
9 *Corombert Leão de Oliveira*, representantes da Secretaria da Agricultura, Pecuária e  
10 Abastecimento; *Elvira Noredina Gemelli Herbets*, representante da Secretaria de  
11 Educação e Cultura; *Alan Moraes de Paula*, representante da Agência de  
12 Desenvolvimento Turístico; *José Maria da Silva Júnior*, representante do Ministério  
13 Público Estadual, *Ana Flávia Ferreira Cavalcante*, representante da Procuradoria-  
14 Geral do Estado; *Joaquim Henrique Montelo Moura*, representante do Instituto  
15 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; *Jair da*  
16 *Costa Oliveira filho*, representante da Comunidade Científica; *Airton Teixeira e Paulo*  
17 *Sérgio da Rocha*, representantes da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins –  
18 FAET; *Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves e Marcos Vinício Batista*, representantes  
19 das ONGs do Estado do Tocantins; *Rildo Virajone Aquino Parrião*, representante da  
20 Polícia Militar do Estado do Tocantins; *Antônio Rodrigues da Silva Neto e Diogo*  
21 *Pedreira Lima*, representantes da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins  
22 e *Roberta Maria Pereira Castro*, representante do Conselho Regional de Engenharia,  
23 Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins – CREA. A abertura da reunião foi  
24 realizada pelo Secretário-Executivo Belizário Franco Neto, que convida para compor a  
25 mesa o Presidente do Conselho, Clemente Barros Neto, o Presidente do Naturatins, o  
26 Conselheiro Stalin Beze Bucar e Presidente do IBAMA no Tocantins, Joaquim  
27 Henrique Montelo Moura. O Presidente dá as boas vindas aos parceiros Naturatins,  
28 Ibama e Secretaria da Agricultura e demais conselheiros, faz um breve histórico do  
29 COEMA e ressalta a importância desse instrumento de democratização das políticas  
30 públicas e que requer grandes responsabilidades, longas jornadas de árduos debates em  
31 torno de uma normatização voltada a mecanismos e procedimentos para a  
32 sustentabilidade socioambiental e que exigirão o melhor de cada um de nós na busca das  
33 melhores soluções. Em seguida o presidente do Naturatins Stalin Beze Bucar diz que é  
34 um prazer imenso estar nessa reunião e que se sente feliz por ver o COEMA voltar a se  
35 reunir, depois de muito tempo, e já passado da necessidade, cumprimenta o Dr. Joaquim  
36 que tem sido um parceiro do Naturatins e do meio ambiente do nosso Estado e Roberto  
37 Sahium que está dando aulas há muito tempo, e em nome dos administradores  
38 municipais agradeceu a presença do Prefeito de Araguacema o Sr. Paulinho e também a  
39 presença dos avicultores da região do Bico do Papagaio que estão com uma  
40 reivindicação a ser protocolada para ser apreciada pela plenária. O Coema, no meu  
41 ponto de vista, deve ser um conselho independente, voltado exclusivamente para o meio  
42 ambiente, para dar o máximo de celeridade no desenvolvimento do Estado do  
43 Tocantins, claro que sempre com responsabilidade e preservando o meio ambiente, visto  
44 que o Estado do Tocantins tem muito que preservar e paralelamente muito que  
45 desenvolver, então uma medida adotada no Naturatins foi simplificar os atos, e sempre  
46 reunir com toda a diretoria para afinar os procedimentos que ainda primam pela  
47 morosidade e até pela legislação que acaba dando com uma mão e tirando com a outra,  
48 então nós precisamos com esse conselho afinar e cortar essas arestas e colocar o Estado



51 do Tocantins para desenvolver o mais rápido possível e aproveitando essa boa vontade  
52 do governador em fazer as coisas rápidas, porém com responsabilidade, e colocar o  
53 Estado do Tocantins numa posição politicamente correta e ambientalmente melhor pra  
54 se viver, estou a disposição no Naturatins, quando precisar do órgão estou com o  
55 gabinete aberto, o Dr. José Maria está aqui presente e tem sido um constante  
56 fiscalizador das nossas ações, isso é bom, não que tenhamos a intenção de trabalhar de  
57 modo ilegal, mas às vezes no devido processo legal acaba ocorrendo algumas falhas e  
58 com acompanhamento do senhor nós estamos fazendo de tudo para corrigir e da  
59 celeridade nas ações do Naturatins. Agradece a todos e a palavra é dada ao Conselheiro  
60 do IBAMA Sr. Joaquim, que dá bom dia a todos, ao presidente da mesa ao Secretário de  
61 Recursos Hídricos e Meio Ambiente, a Roberto Sahium Secretário da Agricultura, Dr.  
62 José Maria representante do Ministério Público na área ambiental, ao Ten. Coronel  
63 Virajones, que é o comandante do CIPAMA da Polícia Ambiental, prefeito de  
64 Araguacema Paulinho e aos demais, diz ainda que muitos não conhece pelo nome, e  
65 que está feliz em participar dessa reunião nesse conselho porque parece que a última foi  
66 em 2008 e 2009 não houve nenhuma reunião, então eu desejo que nós sejamos mais  
67 proativos nessas reuniões para construção de diretrizes ambientais para o Estado do  
68 Tocantins, eu vejo a resolução número 14, que vai ser aprovada hoje para criar a câmara  
69 técnica permanente de florestas que tem como objetivo fixar normas e padrões relativos  
70 a legislação florestal, controles das atividades agrossilvopastoril, licenciamento florestal  
71 em propriedades rurais, licenciamento ambiental das atividades potencialmente  
72 poluidoras, esses dois últimos itens C e D, nós precisamos agir com urgência aqui no  
73 estado do Tocantins, por exemplo, criar critérios e normas para o licenciamento  
74 florestal, ou seja, trabalhar a simplificação do processo de licenciamento florestal,  
75 porque hoje é muito difícil, o pequeno proprietário é tratado da mesma forma que o  
76 grande, então nós temos que diferenciar o processo para o pequeno produtor, para as  
77 pessoas simples, porque é muito difícil fazer uma LFPR e o georreferenciamento, então  
78 esse item C aqui em outros estados foi simplificado esse licenciamento para o pequeno  
79 produtor com menos de cem hectares, no Tocantins nós temos que trabalhar isso  
80 estabelecer normas e critérios para simplificar o licenciamento desse pequeno  
81 agricultor, porque as vezes você tem uma chácara e quando você tira a reserva legal e  
82 APP não tem mais nem onde você construir uma casa, porque os espaços estão aí e vão  
83 ser ocupados de qualquer forma, mas vamos ocupar com critério com normas com  
84 licenciamento, então nosso conselho esse ano já começou bem ativo tendo a primeira  
85 reunião e podemos colocar já em funcionamento a Câmara Técnica de Floresta e a  
86 Câmara Técnica do ICMS, que eu não vou falar muito porque é uma questão particular  
87 do Estado, agora presidente nessa Câmara Técnica de Floresta eu não vi o nome de  
88 representante do IBAMA eu gostaria que fosse incluído, muito obrigado. Passa a  
89 palavra ao Secretário-Executivo, Belizário Franco Neto, que esclarece que a CT de  
90 florestas já foi criada e que hoje renovaremos a sua composição. Em seguida faz a  
91 leitura da pauta da 24ª Reunião Ordinária: (1) abertura; (2) ordem do dia: (i) Posse dos  
92 Conselheiros; (ii) Análise e aprovação do calendário de reuniões para o ano 2010; (iii)  
93 Leitura e aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária; (iv) Renovação das Câmaras  
94 Técnicas Permanentes de Assuntos Jurídicos, Unidades de Conservação e Florestas; (v)  
95 Apreciação de minuta de Resolução, que trata da criação de Câmara Técnica  
96 Temporária para revisão dos critérios de avaliação do ICMS Ecológico; (3) Palavra  
97 livre; (4) Encerramento. O Secretário-Executivo diz que tem mais uma inclusão de  
98 pauta solicitada pelo Naturatins, proposta de criação de Câmara Técnica Temporária  
99 para a revisão da Resolução COEMA nº 07, de 9/08/05. Pergunta se algum Conselheiro  
100 discorda da pauta apresentada. Não tendo nenhuma objeção, o Secretário-Executivo

R. S. B. Barros

103 considerou-a aprovada por todos. Em seguida ler o Ato de Designação nº 1.885- DSG,  
104 de 10 de março de 2010, publicado no Diário Oficial nº 3.094, de 11/03/2010, que  
105 nomeia os Conselheiros. Com a palavra o presidente Clemente Barros Neto, que dá  
106 posse aos novos conselheiros. Belizário coloca para aprovação a proposta de calendário  
107 para o ano de 2010, **25ª Reunião Ordinária** para dia **11/08/2010** e **26ª Reunião**  
108 **Ordinária** para **10/11/2010**. Não tendo qualquer objeção o calendário foi aprovado, o  
109 Secretário-Executivo lembra que as reuniões extraordinárias poderão ser convocadas a  
110 qualquer tempo. E dando continuidade o Secretário-Executivo solicitou a plenária  
111 consideração a ser feita em relação à Ata da 23ª Reunião do COEMA realizada no dia  
112 14/05/08. Não houve nenhuma consideração e foi declarada aprovada. Continuando  
113 com a pauta, foi solicitado a manifestação de participação nas câmaras técnicas  
114 permanentes de assuntos Jurídicos, de unidades de conservação e de florestas, o mínimo  
115 de componentes são três e máximo sete, para a câmara técnica de assuntos jurídicos  
116 solicito, preferencialmente, que sejam bacharéis em direito com o conhecimento na área  
117 ambiental, na verdade os conselheiros que tiverem interesse de participar, mas não são  
118 da área, podem indicar representantes. Fica eleito para a **Câmara Técnica de Assuntos**  
119 **Jurídicos** os seguintes representantes: *Ministério Público, SRHMA, Naturatins,*  
120 *Procuradoria-Geral, FAET, Infraestrutura e ONG.* Para a **Câmara Técnica de**  
121 **Unidades de Conservação:** o Presidente do IBAMA solicita retirá-lo dessa Câmara e  
122 diz que o mais indicado seria o ICMBio. Belizário esclarece que a cadeira é do IBAMA  
123 e que o mesmo poderá indicar o representante do ICMBio. A referida câmara fica assim  
124 composta: *IBAMA, SRHMA, Naturatins, ONG, Procuradoria-Geral do Estado,*  
125 *SEPLAN, Comunidade Científica.* Para a **Câmara Técnica de Florestas:** os  
126 candidatos são: FAET, IBAMA, SEAGRO, Ministério Público, ONG, Comunidade  
127 Científica, SRHMA, Naturatins. Belizário solicita se algum dos seguimentos poderia  
128 declinar a participação, pois temos oito candidatos. Professor Jair, representante da  
129 Comunidade Científica, esclarece que seria importante a participação, visto que tem o  
130 curso de Engenharia Florestal, mas que se tem outro interessado ele declina. Fica assim  
131 representada: *FAET, IBAMA, SEAGRO, Ministério Público, ONG, SRHMA,*  
132 *Naturatins.* Próxima pauta: criação de Câmara Técnica Temporária para revisão dos  
133 critérios de avaliação do ICMS Ecológico. Belizário esclarece que se faz necessário a  
134 revisão desses critérios e por isso a mesa coloca a proposta em discussão. O Sr. João  
135 Paulo Ribeiro Filho (Prefeito de Araguacema), esclarece que foi encaminhado Ofício ao  
136 Presidente do Conselho solicitando a mudança do titular da ATM, e que lhe foi  
137 informado que está aguardando publicação, mas que está aqui representando a  
138 Instituição, e diz ainda que não viu o nome da ATM na proposta de composição da  
139 referida câmara e gostaria que fosse inserido. Belizário esclarece que a publicação deve  
140 está ocorrendo nos próximos dias e que a ATM poderá ser inserida. O Sr. Stalin solicita  
141 a palavra e diz que a proposta desta revisão é muito importante, porque o Naturatins  
142 trabalha direto com a coleta da avaliação e tem deparado com muita fraude, quando  
143 passa a semear as reuniões, fazendo as oficinas, ensinando como proceder e dando todo  
144 o layout de como aumentar o percentual do ICMS Ecológico. Deparamos-nos com três  
145 prefeituras utilizando a mesma sala destinada a Secretaria de Meio Ambiente, o  
146 responsável tira uma foto e coloca prefeitura da cidade tal, e diz ainda que é fácil fazer  
147 errado, mas é fácil também se detectar. Houve a tentativa de mudança do ICMS  
148 Ecológico para fazer um bolo só e dizer que o Estado repassou uma quantidade X para o  
149 município e não detalhar o que cada município fez e recebeu. Então a representatividade  
150 na parte ambiental está arrecadando mais do que aqueles que estão com brigadas de  
151 incêndio, com protocolo do fogo e fazendo de fato a preservação do meio ambiente,  
152 então por isso a importância da aprovação da criação dessa Câmara Técnica nesse

153 Conselho, porque estamos cometendo algumas injustiças e quem está sofrendo com isso  
154 é a população que se mobiliza e tenta combater o ilícito ambiental e não está tendo  
155 retorno, a recompensa, por falha ou por indução ao erro ou o que é mais grave por  
156 fraude de alguns gestores de parte desse recurso, então o Naturatins é a favor da criação  
157 dessa câmara e precisa urgente revisar os critérios que destinam essa recompensa do  
158 ICMS Ecológico. Solicita a palavra o Conselheiro José Maria do Ministério Público  
159 Estadual, e diz que o Conselho começa bem ao discutir esse tema porque no  
160 acompanhamento que o MP tem feito se nota uma grande defasagem daquilo que é  
161 divulgado e aquilo que realmente ocorre nos municípios, então é o momento de uma  
162 correção de rumo para premiar aqueles municípios que não só tem formalmente esses  
163 instrumentos previstos na sua legislação, mas também executam isso na prática, porque  
164 não é justo que esses critérios sejam só formais, é preciso realmente avaliar, medir em  
165 cada município o que está sendo realizado em prol do meio ambiente dentro daqueles  
166 critérios estabelecidos de modo a contemplar aquela população, aquele gestor que se  
167 envolve com a questão ambiental com esses recursos, que é justamente essa a finalidade  
168 do ICMS Ecológico, e em função do que foi divulgado pelo Presidente do Naturatins, já  
169 solicitar desde agora uma cópia da fita dessa reunião para ser encaminhado ao  
170 Procurador-Geral de Justiça, porque essa questão relacionada a fraude tem que ser  
171 investigada, porque além de constituir uma fraude a todo interesse ambiental é também  
172 ilícito penal, então é grave no nosso entendimento e deve ser apurado, evidentemente  
173 com todas as cautelas legais. Belizário solicita que entremos em regime de votação. O  
174 Conselheiro Roberto Sahium solicita a palavra e diz que no Art. 1º deveria ser  
175 acrescentado mais um item, porque na realidade está faltando um pouco de socialização  
176 para a comunidade de forma geral. O Ruraltins que é um dos executores da extensão  
177 rural tem também pouca gente para está levando essas informações, temos que fazer  
178 gestão junto ao nosso Governador para aumentar os servidores, porque hoje o Ruraltins  
179 faz crédito fundiário, crédito rural, ICMS ecológico, vacina em velho, vacina em  
180 cachorro, em tudo, precisamos fazer com que tenhamos condições e gente. Propõe o  
181 acréscimo do Item *E: avaliar e criar sistema de informação adequada à comunidade*,  
182 porque não está sendo informada sobre o ICMS, pouquíssima gente sabe em relação ao  
183 ICMS. Com a palavra o Conselheiro Marcos Vinício representante das Ong's  
184 Ambientais: com relação à fiscalização dos recursos do ICMS, solicita uma maior  
185 fiscalização mais intensa com relação à aplicação, porque muitas vezes o município  
186 recebe os recursos em cima de um tema como unidades de conservação, área indígena,  
187 conservação de suas APPs, que passam a ser um imposto a mais que não se reverte em  
188 ações ambientais, minha proposta é que haja uma fiscalização com relação à aplicação  
189 desses recursos. Que isso seja revertido aos temas os quais os recursos foram  
190 adquiridos. O Conselheiro Stalin solicita a palavra e diz que é muito importante o que o  
191 Sr. Marcos Vinício falou, e cita o exemplo de Tocantínia, que sobrevive do ICMS  
192 Ecológico, pois o FPM não dá conta de cumprir com sua folha de pagamento, então eles  
193 estão utilizando desse recurso para gerir a máquina pública e não para aplicar em ações  
194 ambientais. E solicita ao Conselheiro Roberto Sahium que quando for fazer a gestão  
195 junto ao Governador, com relação ao Ruraltins, que tente destinar o recurso de diária  
196 para a coleta de informação do ICMS Ecológico para o Ruraltins, pois este ano foi uma  
197 dificuldade tamanha, pois o Naturatins teve que disponibilizar diárias, e não deu nem  
198 pro Ruraltins nem naturatins fazer o trabalho como deveria ter sido feito. E diz ainda  
199 que é parceiro e que pode contar com o Naturatins nessa reivindicação. O Secretário  
200 Executivo informa que a mesa entende que essa questão é jurídica e que não tem o  
201 mérito de obrigar as prefeituras e diz que poderia ser feito uma reivindicação ou moção  
202 junto a ATM para sensibilizar os gestores municipais quanto à aplicação desse recurso.



R. S. B. Borges



203 Mas que acredita que não tem mecanismos legais e pergunta ao Conselheiro José Maria  
204 se tem essa possibilidade, mas que acredita que esta é uma decisão do gestor municipal.  
205 O Conselheiro Stalin diz que discorda e diz que a Lei que rege o ICMS Ecológico já  
206 tem o seu destino e que temos é que obrigar o cumprimento desse repasse, e acredita  
207 que é dever do órgão que fiscaliza e solicita a parceria do MPE que cuida do meio  
208 ambiente que ajude a cumprir o regimento, a obrigação é nossa e temos que assumir a  
209 responsabilidade e cobrir essa falha que tem acontecido nos municípios, agora as  
210 sanções penais ou administrativas que o prefeito for sofrer não entramos nesse mérito,  
211 agora o cumprimento do repasse e a aplicação do recurso é de responsabilidade desse  
212 Conselho. O Sr. Paulinho representante da ATM solicita a palavra e diz que gostaria de  
213 manifestar com relação à forma de utilização dos recursos pelos municípios. Tem  
214 município que deveria fazer uma gestão melhor, mas não faz e tem uma grande maioria  
215 que gasta com a gestão ambiental muito mais do que é repassado, acho as sugestões  
216 ótimas e realmente os municípios devem estar atento e cumprir o que foi estabelecido,  
217 mas não acredito na punição, porque o recurso é insuficiente. Belizário complementa  
218 que esse assunto será encaminhado para Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e  
219 posteriormente retorna à Plenária. Sr. Joaquim (IBAMA) propõe que a Câmara Técnica  
220 faça um diagnóstico da aplicação do ICMS, quantificar os resultados e depois  
221 encaminhar para a CT de Assuntos Jurídicos. Belizário pergunta se tem mais alguma  
222 sugestão e coloca em votação a criação da CT do ICMS Ecológico, que é aprovada por  
223 unanimidade. Passa-se então para o próximo item da pauta que é a proposta do  
224 Naturatins de criação de CT para revisão da Resolução COEMA 07/05, que são os  
225 critérios do licenciamento ambiental. E solicita ao Presidente do Naturatins que defenda  
226 a proposta. O Sr. Stalin diz que a defesa dessa proposta é muito simples e notória e que  
227 precisamos reformular e evoluir na questão ambiental no Tocantins, não é possível  
228 continuarmos procedendo com o licenciamento como tem sido feito até agora,  
229 principalmente na parte de LFPR que é a maior demanda do nosso Estado. Hoje o  
230 pequeno e o médio proprietário de terra se enquadram na mesma legislação do grande,  
231 precisamos diferenciar e simplificar essa utilização do Naturatins para promover a  
232 maior regularidade, com responsabilidade. Antes se lutava devido à taxa, o Naturatins  
233 tributava de forma errônea e não podia, porque teria que passar pela Assembléia para  
234 criar uma Lei, e cobrava dos pequenos mais do que dos grandes, por exemplo, quem  
235 queria abrir um lava-jato pagava de taxa o equivalente a 3.900 reais, então induzia as  
236 pessoas a trabalhar na ilegalidade. Então o que está acontecendo agora na parte do  
237 LFPR é exatamente a mesma coisa, o pequeno proprietário não tem condições de pagar  
238 porque tem que fazer o georreferenciamento, contratar consultor, que é muito caro,  
239 passar pelo INCRA, Naturatins tem que ter a reserva legal que pega às vezes junto com  
240 a APP a propriedade quase toda, e quando parte para o uso alternativo que é a produção  
241 não tem como produzir porque não sobrou nada da terra. E diz que pede a aprovação  
242 dessa proposta. Um exemplo que vou citar foge um pouco do pedido, mas que acontece  
243 com os Avicultores do Norte é que a licença dada a um produtor de 10 mil e 100 mil  
244 cabeças de frango é a mesma. E diz que eles tem que ser tratados com diferença, não  
245 temos como exigir a mesma legislação para esse pessoal, pois estamos inviabilizando os  
246 pequenos que são somados os maiores produtores e favorecendo os grandes, não  
247 generalizando. Eu acredito que 90% dos produtores desse Estado são de pequeno porte e  
248 é para estes que devemos olhar porque são os que sustentam o nosso Estado. É nesse  
249 sentido que pede a aprovação dessa Câmara Técnica do SICAM para revisar a  
250 Resolução 07/05, e dar uma celeridade na parte de licenciamento ambiental, para fazer  
251 um estado com mais indústria e mais desenvolvimento e todos produzindo e gerando  
252 renda. O Presidente Clemente Barros acrescenta que já existe na nossa Secretaria o

Paulo Sérgio

253 pedido dos Produtores de Frango do Bico do Papagaio, que solicita alterações no  
254 enquadramento dos produtores de aves de corte, e que para atendermos ao pedido, era  
255 necessário criar essa Câmara. Belizário explica que todas as alterações propostas por  
256 essa Câmara Temporária será posteriormente encaminha a CT de Assuntos Jurídicos. O  
257 conselheiro Roberto Sahium, diz que estava aguardando a palavra livre, mas acha que  
258 seria oportuno falar agora, e diz que essas Câmaras vão ter condições de analisar, mas  
259 que não será possível produzir termos de referência, diretrizes e solicita ao Presidente  
260 levar ao Governador que dentro do planejamento de 30 anos não se discutiu a questão  
261 do licenciamento, e que este é o momento. Sugere uma consultoria para padronizar os  
262 Termos de Referência elaborados pelo Naturatins e Ruraltins para os pequenos  
263 produtores, pois o que acontece é a produção desses termos por cada técnico, sem seguir  
264 uma padronização. Acrescenta ainda que observa alguns EIA/RIMA que na verdade são  
265 cópias de cópias, inclusive com os decalques. E diz ainda que o Zoneamento Ecológico  
266 do nosso Estado até hoje não foi aprovado pelo CONAMA, e que foi finalizado desde  
267 1999. E que precisamos discutir o que fazer, pois todos os direcionamentos da  
268 agricultura são feitos baseado no atlas. E sugere ainda, uma parceria entre Meio  
269 Ambiente, SEAGRO e Planejamento na elaboração do Zoneamento Político  
270 Agroambiental da Cana de açúcar, que está bem adiantado, mas precisa de algumas  
271 parcerias. O Zoneamento Político Agroambiental da Fruticultura, pois muitas das frutas  
272 não são sequer preconizadas pela EMBRAPA e também das Hortaliças e Olerícolas.  
273 Precisamos fazer esses projetos de uma forma sustentável sem choques com o  
274 licenciamento junto ao Naturatins. Conselheiro Rodrigo (SEPLAN) esclarece que  
275 quanto ao Zoneamento Ecológico Norte foi aprovado pelo COEMA e o que preconiza o  
276 CONAMA e MMA é que seja também aprovado pela Assembléia Legislativa, mas que  
277 por um momento político isso não foi levado a efeito. Temos uma expectativa de  
278 conduzir o Zoneamento com os trabalhos que está sendo gerados no escopo do Projeto  
279 Desenvolvimento Regional Sustentável para todo o estado e fazer uma aprovação única  
280 há uma expectativa de iniciar agora para a faixa sul em relação a norte, sendo que a  
281 norte já tem uma base de dado praticamente pronta, só dependendo de alguns ajustes a  
282 partir desse, agora vai depender de negociação com o Banco Mundial caso contrário  
283 fica para 2011. Conselheira Lúcia Leiko (SEINF) solicita a palavra e diz que além de  
284 todas as questões da Resolução Coema, quer discutir alguns assuntos relacionados a  
285 porte de empreendimento e a questão a respeito de outorgas de água, uma vez que temos  
286 encontrado algumas dificuldades com relação a definir outorga para determinados  
287 portes de empreendimentos, por exemplo, para um bueiro de curso intermitente ou às  
288 vezes bueiro de greide, sendo que na ANA nós temos, por exemplo, uma ponte no Rio  
289 Tocantins com dispensa de outorga de água. Então é necessária uma revisão, porque  
290 muitas questões novas surgiram e muitos avanços na questão ambiental que nós  
291 gostaríamos de discutir no licenciamento ambiental de obras rodoviárias e  
292 infraestrutura. E diz ainda que concorda com o Dr. José Maria que a CT de Assuntos  
293 Jurídicos poderia fazer essa avaliação e que não vê a necessidade de criar uma CT  
294 específica. Belizário esclarece que todas as discussões das outras CT passam por uma  
295 revisão da CT de Assuntos Jurídicos. Marcos Vinício (ONG) solicita a palavra e acha  
296 que a revisão dessa resolução é muito importante, pois hoje existem vários projetos de  
297 irrigação, tem que ver mesmo a questão da outorga, do próprio licenciamento, pois  
298 projetos de irrigação no Formoso e Javaés estão influenciando na vazão desses rios.  
299 Com todos os problemas que temos com diminuição das chuvas, a seca que às vezes  
300 chega antecipadamente, concordamos com a revisão, especialmente verificar se essas  
301 obras estão realmente licenciadas de forma correta. Roberto Sahium (SEAGRO)  
302 responde dizendo que gostaria de esclarecer que os projetos de irrigação não estão



Roberto Sahium  
P. P.  
6/11

303 acabando com a água e que o rio Urubu chama assim porque seca completamente há  
304 mais de 100 anos, inclusive a instalação das barragens foi para que pudesse perenizar a  
305 água e assim nós temos também o rio pium, riozinho, canastra e uma série de rios. E  
306 nosso regime de chuva, se alguém olhar nos levantamentos do IMETRO, nunca  
307 diminuiu o que aumentou foi a área de agricultura, agora se falarmos de conservação de  
308 solo ou práticas conservacionistas nós concordamos e podemos corrigir isso. Mas  
309 garante que tem uma vivência grande, são 32 anos que trabalha na região, inclusive  
310 morou 10 anos às margens do rio Formoso e que o rio nunca mudou. Inclusive esse rio  
311 nunca irrigou no período da seca, e como que um projeto que nunca tirou água nesse  
312 período pode está provocando a seca? Então solicita cuidado, tratar com seriedade todas  
313 as questões e deixar o emocional. Marcos Vinício diz que não está sendo emocional o  
314 que ele gostaria é que fosse revisto a questão do licenciamento daqueles projetos se  
315 estão corretamente licenciados, que conhece aquela região desde pequeno e inclusive  
316 fala a língua dos Javaés e Carajás e diz ainda que empiricamente se percebe que a seca  
317 que ocorria há 20 anos atrás, hoje é muito mais grave, será que estes projetos não estão  
318 realmente influenciando? Existem estudos nesse sentido? O Conselheiro Joaquim  
319 (IBAMA) diz que o Sr. Marcos quis dizer é rever o licenciamento em termos de limite,  
320 de exploração do quantitativo que tira por temporada, talvez seja isso que absorve a  
321 água do rio por período, o limite de litro, por exemplo, diz que tem notícia que a  
322 Cobrape e o Valadão tira toda a água e não deixa a água para os outros, mas não  
323 conhece. O Conselheiro Jair (Comunidade Científica) pede a palavra e diz que a  
324 preocupação do Conselheiro Marcos Vinício com relação à outorga da água da bacia do  
325 Javaés é importante que as cooperativas e os usuários tenham essa outorga, é importante  
326 que seja feito uma gestão dos recursos hídricos, pois toda vez que se faz uma barragem  
327 está perenizando, elevando o lençol freático, pois quando se faz irrigação no período da  
328 chuva, está segurando água, então na verdade esses projetos são fazedores de água,  
329 então temos que tentar simplificar a vida. Por exemplo, no Rio Grande do Sul hoje para  
330 fazer uma barragem com menos de 4 hectares de lâmina d'água não se solicita outorga,  
331 o RT é que assina, porque sabe que aquilo vai reservar água que vai perenizar as bacias,  
332 as vezes as pessoas olham pelo lado do uso de água e vê o quanto de água está sendo  
333 deixada para o oceano atlântico para ser salgada e o Brasil é o que mais desperdiça água  
334 no planeta terra, então se conseguirmos fazer mini barragens como é o caso de Arraias,  
335 vamos perenizar essas bacias e melhorar a qualidade de vida para todos. Então temos  
336 que analisar a parte técnica para tomar uma decisão acertada e não emocional. O  
337 Conselheiro José Maria (MPE) solicita a palavra e diz que não está com a minuta dessa  
338 Resolução de revisão. Belizário esclarece que esse foi um pedido de última hora do  
339 Naturatins e que a idéia era criar a CT temporária para revisão da Resolução COEMA  
340 07/05 e que posteriormente retornaria a Plenária. E solicita a votação dos conselheiros  
341 para criação da CT Temporária de Revisão da Resolução COEMA 07/05. Não havendo  
342 nenhuma objeção a CT foi aprovada por unanimidade: Passa-se para a composição da  
343 CT Temporária do ICMS Ecológico, Belizário esclarece que tem três órgãos que  
344 deveriam ter assento na CT devido às ações que exerce: SEAGRO, Naturatins e ATM.  
345 O Conselheiro Roberto (SEAGRO) sugere convidar a Secretaria da Fazenda, devido ao  
346 repasse dos recursos, pois ela trabalhando junto facilita muito o entendimento, inclusive  
347 até a liberação para os técnicos viajarem. A composição da CT ICMS Ecológico ficou  
348 assim designada: **SRHMA, NATURATINS, SEAGRO, ATM, MPE, SEPLAN, PGE.**  
349 Belizário coloca em votação sobre a participação da Secretaria da Fazenda na CT, como  
350 convidado. A sugestão foi aprovada. O Secretário Executivo coloca em votação a  
351 composição da CT Temporária de revisão da Resolução COEMA 07/05, composta por:  
352 NATURATINS, IBAMA, MPE, FAET, SANEATINS, PGE, SEINF. Conselheiro



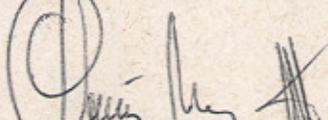
Roberto

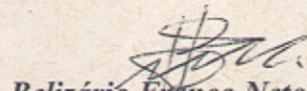
353 Rodrigo (SEPLAN), diz que gostaria de reiterar a participação da SEPLAN nessa CT,  
354 em função da expectativa do Zoneamento, tem uma questão vinculada ao licenciamento,  
355 pois aprovando o Zoneamento não vamos conseguir fazer ele andar se não tiver o  
356 licenciamento. Belizário solicita se alguém declina. O Conselheiro Antônio (Saneatins)  
357 diz que poderia participar como convidado, e assim fica acordado. A CT - SICAM fica  
358 assim composta: NATURATINS, IBAMA, MPE, FAET, PGE, SEINF e SEPLAN.  
359 Belizário reforça sobre a importância das Câmaras Técnicas e diz ainda que o plenário  
360 só funciona a partir das demandas dessas CTs e solicita agilidade nos trabalhos,  
361 especialmente na hora da indicação dos representantes pelos Conselheiros. O  
362 conselheiro Roberto (SEAGRO) diz que precisamos avançar em alguns pontos que a  
363 Secretaria do Planejamento é responsável por todo o planejamento do Estado, mas tem  
364 muita coisa que é de competência exclusiva da Secretaria do Meio Ambiente e que  
365 deveria ser passado as questões de meio ambiente para essa Secretaria, para que não  
366 entre em choque, pois a SEPLAN ficar cuidando de meio ambiente não está correto,  
367 temos que acabar com isso. Rodrigo (SEPLAN) esclarece que a questão é ordenamento  
368 territorial e que meio ambiente é de todos, e como o Presidente do Naturatins falou o  
369 que temos que compatibilizar é o uso e a preservação essa é a estratégia de governo,  
370 temos um setor de meio ambiente que hoje institucionalmente está ligado a uma área de  
371 produção: recursos hídricos e na estrutura da SEPLAN nós temos um setor de  
372 ordenamento territorial que compatibiliza o uso e ocupação, então essa é a expectativa,  
373 não é nada pessoal ou querer abarcar o mundo e dar ordens. O Secretário Executivo  
374 passa para o Item 3: Palavra livre. O Conselheiro Alan (ADTUR) pede desculpas pelo  
375 atraso, justifica que a equipe está no salão do turismo e temporada de praia e por isso se  
376 atrasou. E solicita retomar a composição da CT de Unidades de Conservação - UC, e  
377 pergunta se a ADTUR foi contemplada. E faz um pedido justificando a importância da  
378 ADTUR nessa CT, e diz que vê a conturbação dos Parques do Lajeado, Jalapão, Cantão,  
379 especialmente Jalapão com o turismo desordenado, inclusive tivemos uma ação SOS  
380 Jalapão, com o apoio da Procuradora Dra. Ana, e acredita que o turismo nas Unidades  
381 de Conservação é uma parceira ímpar na questão da fiscalização, haja vista o espaço  
382 territorial das UCs e uma parceria com SRHMA, Naturatins e ADTUR vai possibilitar o  
383 possível uso desse espaço na forma de conscientização da importância do meio  
384 ambiente. Temos um projeto em parceria com o Naturatins, chamado nas trilhas da  
385 Conservação e a SRHMA também foi parceira no sentido de levar estudantes para  
386 conhecer o cerrado, para ter essa vivência de Unidades de Conservação. E diante desses  
387 fatos, acredita que a ADTUR tem um papel importante, pois está inserida nesse  
388 contexto das UCs, então acredito que uma negociação com as ONGs, pois infelizmente  
389 eu não vejo o trabalho das ONGs em outras UCs a não ser no Jalapão. E solicita que  
390 alguém o corrija se estiver errado. Porque nas APAs ele vê a atuação importante das  
391 ONGs, mas nos Parques é muito tímida. Belizário esclarece que essa é matéria vencida.  
392 Reforçado pelo Conselheiro José Maria. (MPE). A Conselheira Angélica Beatriz (ONG)  
393 solicita a palavra e gostaria de destacar que a Associação Onça D'água e Ecoterra  
394 entendendo a responsabilidade que assumiu assim que foi eleita pelas demais ONGs, de  
395 responder por essa cadeira agradece a oportunidade e gostaria de deixar claro que o  
396 papel de organismos não governamentais é muito importante enquanto defender  
397 objetivos em comum com os órgãos governamentais, e que vem ocupar essa cadeira  
398 com o espírito de cooperação, nós pretendemos desmistificar até derrubar preconceitos  
399 dessa participação de ONG em temas que são afeto ao cidadão, estamos defendendo  
400 antes de qualquer coisa, e colocamos isso na eleição das ONGs, que eu Marquinhos e  
401 qualquer outro representante de ONG, antes de tudo está representando o nosso  
402 interesse enquanto cidadão, nós temos interesse na questão ambiental e podemos

403 contribuir de todos os lados. Esse é o nosso posicionamento e o que pretendemos  
404 representar dentro do COEMA. E solicita autorização para apresentação de duas  
405 moções. Belizário solicita a manifestação da plenária que não se opõe. Angélica  
406 Beatriz (ONG) faz a leitura da primeira **moção** na qual solicita o apoio dos colegas para  
407 a *priorização e celeridade dos processos de regularização fundiária do parque*  
408 *Estadual do Cantão e de regularização fundiária e redimensionamento do Parque*  
409 *Estadual do Jalapão*. Belizário esclarece que não pode ser votado, pois não estava na  
410 pauta, mas a Secretaria vai receber as moções que serão inseridas na próxima reunião do  
411 COEMA. Angélica Beatriz (ONG) faz a leitura da segunda moção na qual solicita a  
412 *revisão da vinculação do Naturatins*. E diz que o assunto é mais delicado, pois  
413 considerando as alterações estabelecidas no Decreto nº 2928/2007, que alterou a  
414 estrutura da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, hoje Secretaria de Recursos  
415 Hídricos e Meio Ambiente, que com isso vinculou o Naturatins ao Gabinete do  
416 Governador, e considerando que na estrutura do Gabinete do Governador não tem  
417 qualquer estrutura vinculada ao meio ambiente, com isso a autarquia Naturatins fica  
418 ligada a uma estrutura que não planeja e que não trata das questões de meio ambiente e  
419 por isso está propondo uma revisão nessa vinculação. Onde o órgão responsável pela  
420 execução da política de meio ambiente ou deveria estar ligado a Secretaria de  
421 *Planejamento que tem em sua estrutura uma Diretoria voltada às questões ambientais ou*  
422 *de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, embora pudesse haver um choque de interesses*  
423 *porque o mesmo órgão licenciador estaria ligado a um órgão empreendedor. A*  
424 *Conselheira Ana Flávia (PGE) diz que gostaria de fazer um esclarecimento com relação*  
425 *a primeira moção, fala que quem cuida da regularização fundiária dos Parques Estaduais*  
426 *é a Procuradoria do Estado, tendo em vista que são propostas ações de desapropriação e*  
427 *que as ações não estão paralisadas, principalmente no Parque Estadual do Cantão, onde*  
428 *várias ações já estão na fase de sentença, isso não quer dizer que o Estado vai aceitar*  
429 *essas sentenças e o valor da indenização que foi imposta. Algumas já estão na fase de*  
430 *recurso e estamos aguardando a decisão recursal, então não está parado, tem a*  
431 *tramitação judicial que somos obrigados a aguardar, outros processos estão na fase de*  
432 *perícia, as perícias não acontecem tendo em vista que em seis meses do ano as áreas se*  
433 *encontram alagadas. Então tudo isso tem que ser levado em consideração no pedido de*  
434 *urgência para a desapropriação do Cantão. O Jalapão é outra questão bastante*  
435 *específica, não sei se todos têm conhecimento, mas para esclarecer, a maioria da área do*  
436 *Parque está sendo considerada como área Quilombola e sendo assim reconhecida, vai*  
437 *ser analisada como de patrimônio federal. O Estado então perderia o interesse na sua*  
438 *desapropriação. As ações mesmo assim estão em curso, em fase de perícia, mas se*  
439 *encontra em um momento muito delicado. Esse reconhecimento é questão federal e a*  
440 *Procuradoria Federal e MPF estão acompanhando essa regularização, mas até onde*  
441 *temos conhecimento está paralisada porque precisa contratar um especialista para*  
442 *reconhecer a área dos quilombolas, existe as populações reconhecidas como*  
443 *quilombolas, entretanto não existe a extensão territorial reconhecida como quilombola.*  
444 *Então o Estado não pode concluir as suas ações, pagar pela desapropriação, sendo que*  
445 *no futuro o Estado pode ser prejudicado em razão do reconhecimento da área como*  
446 *Quilombola. Então as questões relacionadas ao Jalapão tem que ser observada como*  
447 *muita parcimônia, pois não é todo o parque que é objetivo de desapropriação. Por uma*  
448 *decisão política a época do Governador Siqueira Campos que assinou o decreto*  
449 *reconhecendo a área como de utilidade pública. Somente os pontos turísticos do parque*  
450 *estão sendo objeto de desapropriação. É uma especificidade deste parque. O*  
451 *Conselheiro Stalin (Naturatins) solicita a palavra, dizendo que não sabe se o momento é*  
452 *oportuno, mas aproveitando essa intervenção das ONGs e vendo a preocupação com o*

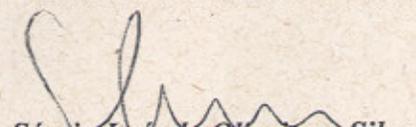
Ribeiro

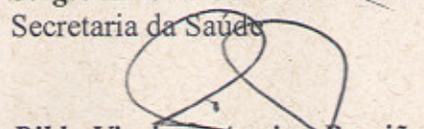
453 Parque do Jalapão queria fazer um pedido, devido ao período de seca, que as ONGs  
454 enviassem ao Naturatins voluntários para combater os incêndios para ajudar os  
455 brigadistas. Que juntos conseguiremos preservar mais ainda. O Conselheiro Joaquim  
456 (Ibama) diz que a moção apresentada pelas ONGs é pertinente, porque quando se cria  
457 um Parque por decreto e não desapropria é uma intenção só de criar o parque, o correto  
458 seria criar, desapropriar e cercar e solicita acrescentar na lista o Parque da Serra Geral.  
459 O papel do estado é realizar todo o processo para que isso se torne uma unidade de  
460 proteção integral, mesmo sabendo que o processo de desapropriação é lento, pois  
461 depende de decisão judicial, mas deve ser feito um esforço. Belizário informa que  
462 iremos encerrar com a última intervenção da Conselheira Beatriz (ONG) que diz que se  
463 sentiu provocada quando o Presidente do Naturatins chamou as ONGs para apagar fogo.  
464 Na minha colocação inicial, eu gostaria de deixar bem claro que nós não estamos  
465 representando um papel de desafiador do organismo governamental, queremos colocar  
466 as nossas percepções, discutir os assuntos que merecem discussão, isso é questão de  
467 maturidade e ninguém está aqui contra ninguém. E queria deixar para conhecimento que  
468 nos anos de 2007, 2008 e 2009 a Associação Onça D'água contratou os brigadistas que  
469 reforçaram o combate ao incêndio no Parque Estadual do Jalapão, então as organizações  
470 trabalha com esse intuito, buscando formas de ajudar na conservação ambiental, não  
471 estou aqui falando de partido, estamos falando de um interesse comum: a conservação  
472 ambiental. O Secretário Executivo encerra a palavra livre e informa que dos 26  
473 conselheiros do Coema, tivemos a presença de dezenove. E passa a palavra ao  
474 Presidente do Conselho que agradece a presença e as contribuições de todos e solicita às  
475 pessoas que irão compor as Câmaras Técnicas que tenhamos uma responsabilidade  
476 nesses trabalhos, pois eles refletirão em benefício do Estado. Desta forma, a presente  
477 ata, uma vez aprovada pelo plenário do COEMA, será assinada por mim, Belizário  
478 Franco Neto, Secretário-Executivo, pelo Presidente do COEMA e pelos demais  
479 conselheiros.

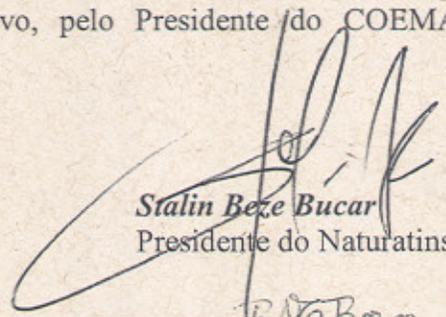
480  
481   
482  
483 **Clemente Barros Neto**  
484 Presidente

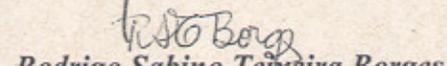
485  
486   
487 **Belizário Franco Neto**  
488 Secretário Executivo

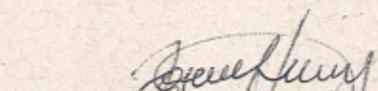
489  
490  
491  
492 **Félix Bezerra**  
493 Secretaria de Indústria e Comércio

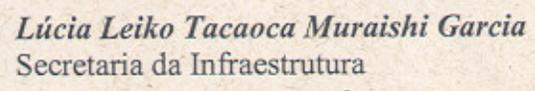
494  
495   
496  
497 **Sérgio Luis de Oliveira e Silva**  
498 Secretaria da Saúde

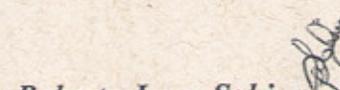
499  
500   
501 **Rildo Virajone Aquino Parrião**  
502 Polícia Militar

  
**Stalin Beze Bucar**  
Presidente do Naturatins

  
**Rodrigo Sabino Teixeira Borges**  
Secretaria do Planejamento

  
**José Maria da Silva Júnior**  
Ministério Público Estadual

  
**Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia**  
Secretaria da Infraestrutura

  
**Roberto Jorge Sahium**  
Secretaria da Agricultura

503 *Elvira Noredina Gemelli Herberts*  
504 Secretaria da Educação

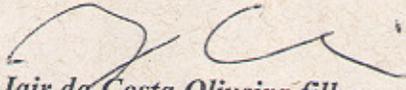
*Corombert Leão de Oliveira*  
Secretaria da Agricultura

505  
506  
507   
508 *Ana Flavia Ferreira Cavalcante*  
509 Procuradoria-Geral do Estado

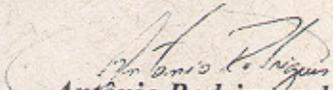
  
*Alan Moraes de Paula*  
Agência de Desenvolvimento Turístico

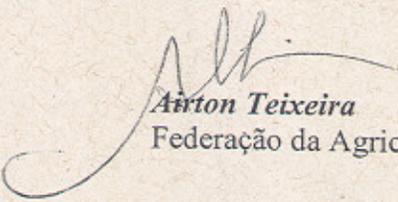
510  
511  
512  
513 *Joaquim Henrique Montelo Moura*  
514 IBAMA

  
*Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves*  
Organizações Não-Governamentais

516  
517   
518 *Jair da Costa Oliveira filho*  
519 Comunidade Científica

  
*Marcos Vinício Batista*  
Organizações Não-Governamentais

521  
522   
523 *Antônio Rodrigues da Silva*  
524 Saneatins

  
*Arton Teixeira*  
Federação da Agricultura do Tocantins

526  
527  
528 *Diogo Pedreira Lima*  
529 Saneatins

*Paulo Sérgio da Rocha*  
Federação da Agricultura do Tocantins

530  
531  
532  
533 *Roberta Maria Pereira Castro*  
534 CREA

  
*Paulo Ribeiro Filho*  
Representante da ATM

536  
537 **Instituições Ausentes:**

538 Secretaria de Ciência e Tecnologia

539 Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa

540 Comunidade Indígena

541 Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO

542 Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins - FETAET

543 Federação do Comércio do Estado do Tocantins - FECOMÉRCIO

544

545

546

547

548

549

550

551

552